



**2017 • Relatório**  
**Atividades e Contas**

**Parte II • Contas**

---

## Índice

Demonstrações Financeiras.....	4
Balço .....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade.....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	9
3.1. Bases de Apresentação .....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6. Ativos Intangíveis .....	17
7. Custos de Empréstimos Obtidos .....	18
8. Inventários.....	19
9. Rédito .....	19
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	20
11. Benefícios dos empregados .....	20
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	21
13. Outras Informações.....	21
13.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	22
13.2. Clientes e Utentes .....	22
13.3. Outras contas a receber .....	22
13.4. Diferimentos.....	23
13.5. Outros Ativos Financeiros .....	23
13.6. Caixa e Depósitos Bancários.....	23
13.7. Fundos Patrimoniais.....	24
13.8. Fornecedores.....	24
13.9. Estado e Outros Entes Públicos.....	24
13.10. Outras Contas a Pagar .....	25
13.11. Subsídios, doações e legados à exploração.....	25
13.12. Fornecimentos e serviços externos.....	25
13.13. Outros rendimentos e ganhos.....	26

13.14. Outros gastos e perdas.....	26
13.15. Resultados Financeiros.....	27
13.16. Acontecimentos após data de Balanço .....	27
Evolução dos Gastos .....	27
Evolução dos Rendimentos.....	29

# Demonstrações Financeiras

## Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2017	21/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 961 097,15	2 018 583,45
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	6	380,74	380,74
Investimentos financeiros		3 367,74	1 873,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		1 964 845,63	2 020 837,64
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	223,47	453,82
Clientes		30 560,10	26 546,50
Adiantamentos a fornecedores	13		
Estado e outros Entes Públicos		4 278,51	6 980,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13	31 245,76	26 580,31
Outras contas a receber	12	244 627,91	213 751,43
Diferimentos	13	9 164,30	9 199,62
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13	247 071,87	97 441,27
Subtotal		567 171,92	380 953,52
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 532 017,55</b>	<b>2 401 791,16</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	13		
Fundos		378 490,21	378 490,21
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		248 904,66	272 390,87
Excedentes de revalorização		57 123,74	57 123,74
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 216 867,83	1 253 084,32
Resultado Líquido do período		(62 467,31)	(23 486,21)
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>1 838 919,13</b>	<b>1 937 602,93</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			11 860,63
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	11 860,63
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	88 878,69	42 385,43
Adiantamentos de clientes	13		
Estado e outros Entes Públicos	13	59 343,98	54 589,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	13	336 860,55	224 232,58
Diferimentos	13		
Outras contas a pagar	13	208 015,20	131 119,61
Outros passivos financeiros			
Subtotal		693 098,42	452 327,60
<b>Total do passivo</b>		<b>693 098,42</b>	<b>464 188,23</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 532 017,55</b>	<b>2 401 791,16</b>

Tomar, 21 março de 2018

A DIREÇÃO

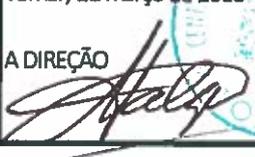


O RESPONSÁVEL

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	158 912,11	156 383,40
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 808 660,13	1 882 953,95
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(30 367,60)	(24 284,70)
Fornecimentos e serviços externos	13	(599 914,56)	(642 687,69)
Gastos com o pessoal	11	(1 474 329,21)	(1 451 895,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	181 229,23	188 979,09
Outros gastos e perdas	13	(22 813,91)	(23 944,24)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>21 376,19</b>	<b>85 504,01</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(63 715,24)	(89 937,73)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(42 339,05)</b>	<b>(4 433,72)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	7	(20 128,26)	(19 052,49)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(62 467,31)</b>	<b>(23 486,21)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(62 467,31)</b>	<b>(23 486,21)</b>

Tomar, 21 março de 2018

A DIREÇÃO  

O RESPONSÁVEL 

## Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		158 912,11	156 383,40
Custo das vendas e dos serviços prestados		30 367,60	24 284,70
<b>Resultado bruto</b>		<b>128 544,51</b>	<b>132 098,70</b>
Outros rendimentos		1 989 889,36	2 071 933,04
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		(2 137 959,01)	(2 184 521,22)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(22 813,91)	(23 944,24)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(42 339,05)</b>	<b>(4 433,72)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		(20 128,26)	(19 052,49)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(62 467,31)</b>	<b>(23 486,21)</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(62 467,31)</b>	<b>(23 486,21)</b>

Tomar, 21 março de 2018

A DIREÇÃO




O RESPONSÁVEL



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		294 837,01	302 296,18
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(583 039,11)	(682 979,54)
Pagamentos ao pessoal		(1 414 336,39)	(1 466 060,10)
Caixa gerada pelas operações		(1 702 538,49)	(1 846 743,46)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1 776 689,80	1 963 811,89
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		74 151,31	117 068,43
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(3 665,50)	(5 228,01)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(1 494,29)	(859,31)
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(5 159,79)	(6 087,32)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		565 000,00	475 000,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(464 232,66)	(504 232,62)
Juros e gastos similares		(20 128,26)	(19 052,49)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		80 639,08	(48 285,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		149 630,60	62 696,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		97 441,27	34 745,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período		247 071,87	97 441,27

Tomar, 21 março de 2018

A DIREÇÃO



O RESPONSÁVEL

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

- O “Centro de Integração e Reabilitação de Tomar”, doravante designado de Cire é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação de natureza particular sem fins lucrativos e de duração ilimitada, com estatutos publicados no Diário da República no n.º 3 em 1976/05/26, Série 118, com sede em Av. D. Maria II. Tem como atividade - apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:
- Promoção e adaptação da pessoa portadora de deficiência à sociedade, com a ajuda e colaboração da família, ajustando a sua educação e formação numa perspetiva integradora e inclusiva.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no n.º 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram

preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	-
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	2.000,00
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
<b>Total Ajustamentos</b>	<u>2.000,00</u>
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>(2.000,00)</b>

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 11 e 18) e “*Diferimentos*” (Nota 12)

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que

se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão

diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

##### **Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

##### **Clientes e outras contas a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

##### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

##### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### 3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.7. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC): *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa em vigor sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31-Dez-2016
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 765 746,77	-	-	-	-	2 765 746,77
Equipamento básico	338 519,58	-	-	-	-	338 519,58
Equipamento de transporte	304 613,49	-	-	-	-	304 613,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	694 156,25	9 134,66	-	(587,00)	-	702 703,91
Outros Ativos fixos tangíveis	3 612,04	-	-	-	-	3 612,04
Investimentos em curso	2 676,00	2 693,70	-	-	-	5 369,70
<b>Total</b>	<b>4 109 324,13</b>	<b>11 828,36</b>	<b>-</b>	<b>(587,00)</b>	<b>-</b>	<b>4 120 565,49</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	728 288,96	55 314,96	-	-	-	783 603,92
Equipamento básico	332 952,52	4 132,33	-	-	-	337 084,85
Equipamento de transporte	304 613,52	-	-	-	-	304 613,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	643 186,08	30 198,59	-	-	-	673 384,67
Outros Ativos fixos tangíveis	3 292,58	2,50	-	-	-	3 295,08
<b>Total</b>	<b>2 012 333,66</b>	<b>89 648,38</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 101 982,04</b>

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 765 746,77	-	-	-	-	2 765 746,77
Equipamento básico	338 519,58	218,48	-	-	-	338 738,06
Equipamento de transporte	304 613,49	-	-	-	-	304 613,49
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	702 703,91	6 010,46	-	-	-	708 714,37
Outros Ativos fixos tangíveis	3 612,04	-	-	-	-	3 612,04
Investimentos em curso	5 369,70	-	-	-	-	5 369,70
<b>Total</b>	<b>4 120 565,49</b>	<b>6 228,94</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 126 794,43</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	783 603,92	53 535,36	-	-	-	837 139,28
Equipamento básico	337 084,85	456,01	-	-	-	337 540,86
Equipamento de transporte	304 613,52	-	-	-	-	304 613,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	673 384,67	9 721,37	-	-	-	683 106,04
Outros Ativos fixos tangíveis	3 295,08	2,50	-	-	-	3 297,58
<b>Total</b>	<b>2 101 982,04</b>	<b>63 715,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 165 697,28</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	24 348,20	-	-	587,00	-	24 935,20
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24 348,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>587,00</b>	<b>-</b>	<b>24 935,20</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	24 265,11	289,35	-	-	-	24 554,46
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24 265,11</b>	<b>289,35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24 554,46</b>

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorização	Saldo em 31-Dez-2017
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	24 935,20	-	-	-	-	24 935,20
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24 935,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24 935,20</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	24 554,46	-	-	-	-	24 554,46
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24 554,46</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24 554,46</b>

## 7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	11 860,55	-	11 860,55	14 232,58	11 860,63	26 093,21
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	225 000,00	-	225 000,00	210 000,00	-	210 000,00
Contas bancárias de letras descontadas	100 000,00	-	100 000,00	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>336 860,55</b>	<b>-</b>	<b>336 860,55</b>	<b>224 232,58</b>	<b>11 860,63</b>	<b>236 093,21</b>

Em 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

### Empréstimos Bancários

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	14 232,62	1 045,74	15 278,36	14 232,62	2 105,52	16 338,14
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14 232,62</b>	<b>1 045,74</b>	<b>15 278,36</b>	<b>14 232,62</b>	<b>2 105,52</b>	<b>16 338,14</b>

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	248,69	24 489,83	-	453,82	30 137,25	-	223,47
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>248,69</b>	<b>24 489,83</b>	<b>-</b>	<b>453,82</b>	<b>30 137,25</b>	<b>-</b>	<b>223,47</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24 284,70		30 367,60
--	-----------	--	-----------

O aumento do custo do aumento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, derivam do aumento dos donativos em espécie.

## 9. Rédito

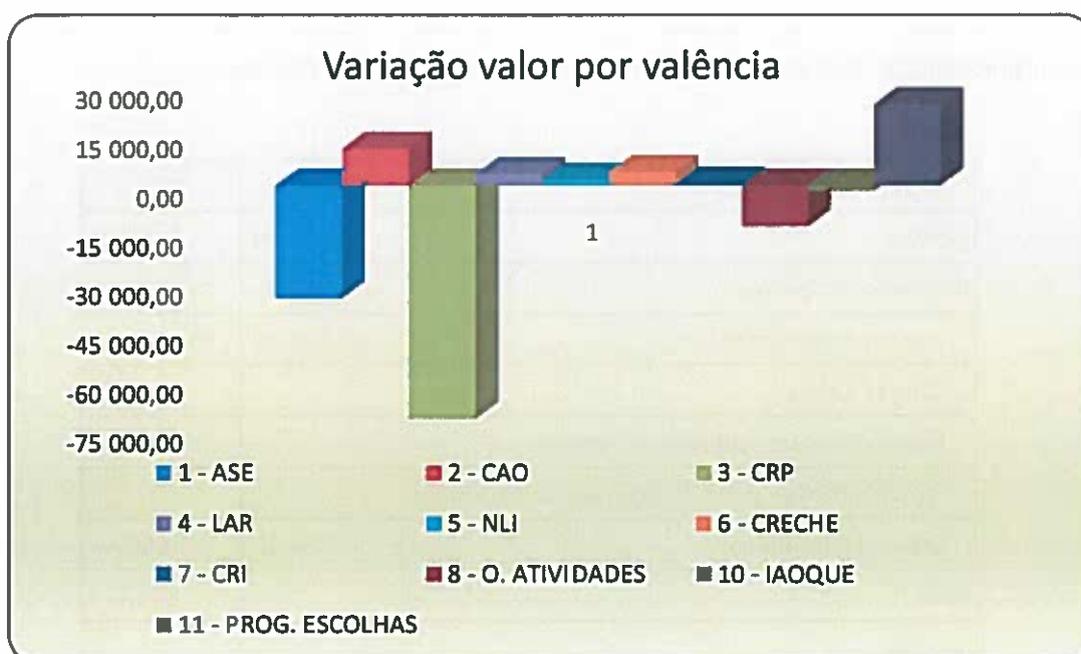
Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	1 611,10	3 846,78
Prestação de Serviços	157 301,01	152 536,62
Quotas dos utilizadores	156 931,71	151 881,18
Quotas e Jóias		
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Serviços Secundarios	369,30	655,44
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>158 912,11</b>	<b>156 383,40</b>

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>1 801 622,97</b>	<b>1 863 412,39</b>
ISS,IP - Centro Distrital	997 453,34	976 876,69
POPH	630 427,19	678 755,03
Ministério de Educação	173 742,44	207 780,67
		-
<b>Apoios do Governo</b>	<b>7 037,16</b>	<b>19 541,56</b>
IEFP	7 037,16	15 938,37
INR		3 603,19
		-
...		-
<b>Total</b>	<b>1 808 660,13</b>	<b>1 882 953,95</b>



## 11. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 77 e em 31/12/2017 foi de 82.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		-
Remunerações ao Pessoal	1 100 998,32	1 044 048,54
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	3 086,31	7 001,65
Encargos sobre as Remunerações	232 642,95	217 731,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 420,60	7 402,56
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	130 181,03	175 711,76
<b>Total</b>	<b>1 474 329,21</b>	<b>1 451 895,80</b>

O aumento dos gastos com pessoal, advêm do Programa Escolhas, do IAQUE e do CAO

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017, foram de 3 690,00€.

## 13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	31 245,76	26 580,31
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>31 245,76</b>	<b>26 580,31</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 13.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>30 560,10</b>	<b>26 546,50</b>
Clientes	-	-
Utentes	30 560,10	26 546,50
<b>Total</b>	<b>30 560,10</b>	<b>26 546,50</b>

### 13.3. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	6 541,27	326,80
Adiantamentos a Fornecedores	913,00	1 408,26
Devedores por acréscimos de rendimentos		1 639,75
Outros		
Outros Devedores	237 173,64	210 376,62
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>244 627,91</b>	<b>213 751,43</b>

O valor mais significativo dos outros devedores, têm origem nas verbas a receber do POISE.

#### 13.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	9 164,30	9 046,99
Outros		152,63
...	-	-
<b>Total</b>	<b>9 164,30</b>	<b>9 199,62</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 13.5. Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
Entidade A	-	-
Entidade B	-	-
Entidade C	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	473,86	661,09
Depósitos à ordem	246 598,01	96 780,18
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>247 071,87</b>	<b>97 441,27</b>

Todas as quantias evidenciadas em caixa e equivalentes estão disponíveis para uso.

## Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	378 490,21	-	-	378 490,21
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-			-
Resultados transitados	272 390,87		(23 486,21)	248 904,66
Excedentes de revalorização	57 123,74			57 123,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 253 084,32		(36 216,49)	1 216 867,83
<b>Total</b>	<b>1 961 089,14</b>	<b>-</b>	<b>(59 702,70)</b>	<b>1 901 386,44</b>

### 13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	88 878,69	42 385,43
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>88 878,69</b>	<b>42 385,43</b>

### 13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 278,51	6 980,57
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>4 278,51</b>	<b>6 980,57</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	128,09	71,64
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14 553,21	15 334,76
Segurança Social	44 282,60	39 031,11
Outros Impostos e Taxas	380,08	152,47
<b>Total</b>	<b>59 343,98</b>	<b>54 589,98</b>

### 13.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	54 397,19	-	3 810,48
Remunerações a pagar	-	54 397,19	-	3 810,48
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	136 869,20	-	121 422,07
Outros credores	-	16 748,81	-	5 887,06
	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	208 015,20	-	131 119,61

Em 31 de dezembro de 2017, o subsídio de natal dos colaboradores, estava em dívida.

### 13.10. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	-	-

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

### 13.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	343 675,96	361 997,07
Materiais	14 619,62	16 761,40
Energia e fluidos	78 243,92	77 659,60
Deslocações, estadas e transportes	19 104,20	33 418,28
Serviços diversos (*)	117 021,85	126 801,26
Aquisição de refeições	76 633,79	84 891,88
Seguros	13 620,37	13 373,78
Limpeza Higiene e Conforto	12 098,31	14 051,88
Comunicação	6 964,75	7 149,66
Encargos com Utentes	27 249,01	26 050,08

### 13.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	138 972,26	150 382,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	24,18	0,61
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	42 232,79	38 596,43
<b>Total</b>	<b>181 229,23</b>	<b>188 979,09</b>

A variação de outros rendimentos e ganhos no ano de 2017, deriva da diminuição da campanha de angariação de fundos.

### 13.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	683,03	179,40
Descontos de pronto pagamento concedidos		175,00
Dívidas incobráveis		-
Perdas em inventários		-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		-
Gastos e perdas investimentos não financeiros		-
Outros Gastos e Perdas	22 130,88	23 589,84
<b>Total</b>	<b>22 813,91</b>	<b>23 944,24</b>

### 13.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	8 939,04	8 631,28
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	11 189,22	10 421,21
<b>Total</b>	<b>20 128,26</b>	<b>19 052,49</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(20 128,26)</b>	<b>(19 052,49)</b>

### 13.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

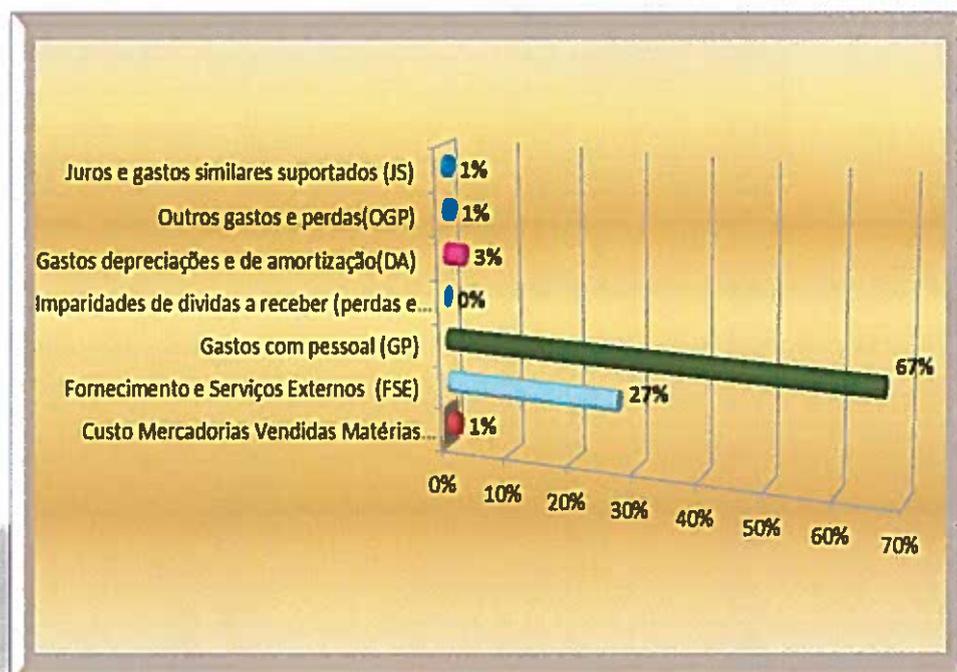
## Evolução dos Gastos

Seguidamente será efetuada uma análise dos gastos e da sua evolução face ao ano anterior, quer em termos de valores quer em termos percentuais.

	2017	% Sobre o Total	2016	% Sobre o Total	Valor	Varição
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas (CMVMC)	30 367,60	1%	24 284,70	1%	6 082,90	25%
Fornecimento e Serviços Externos (FSE)	599 914,56	27%	642 687,69	29%	-42 773,13	-7%
Gastos com pessoal (GP)	1 474 329,21	67%	1 451 895,80	64%	22 433,41	2%
Imparidades de dívidas a receber (perdas e reversões)	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Gastos depreciações e de amortização(DA)	63 715,24	3%	89 937,73	4%	-26 222,49	-29%
Outros gastos e perdas(OGP)	22 813,91	1%	23 944,24	1%	-1 130,33	-5%
Juros e gastos similares suportados (JS)	20 128,26	1%	19 052,49	1%	1 075,77	6%
<b>total</b>	<b>2 211 268,78</b>	<b>100%</b>	<b>2 251 802,65</b>	<b>100%</b>	<b>-40 533,87</b>	<b>-2%</b>

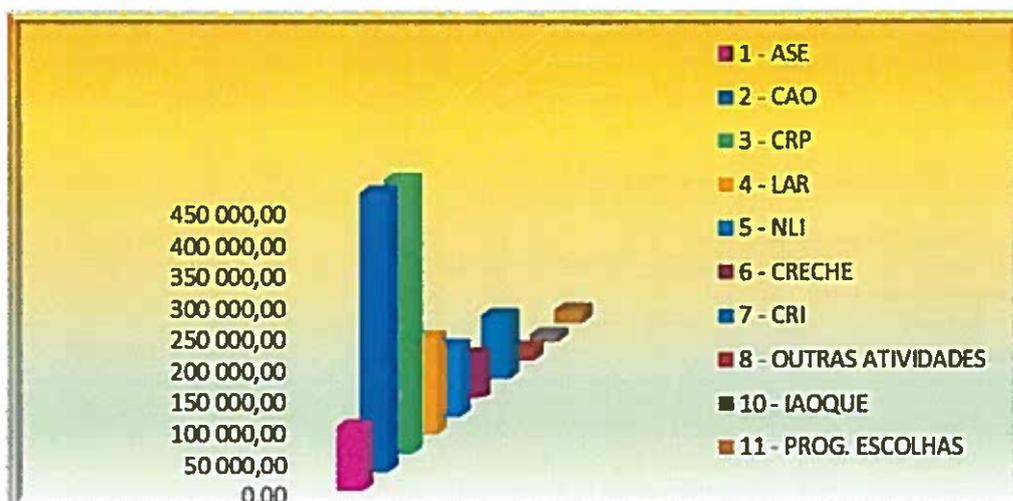
Em relação a 2016, verifica-se uma diminuição global de 2% de gastos. As rubricas com maior impacto a nível de alterações foi a rubrica de “Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”, com um aumento de 25%, consequência do aumento dos donativos em espécie que o CIRE beneficiou e a rubrica de gastos depreciações e amortizações diminuiu 29%, resultante do término de depreciações de investimento em ativos tangíveis efetuados em anos anteriores.

### Distribuição dos gastos em 2017

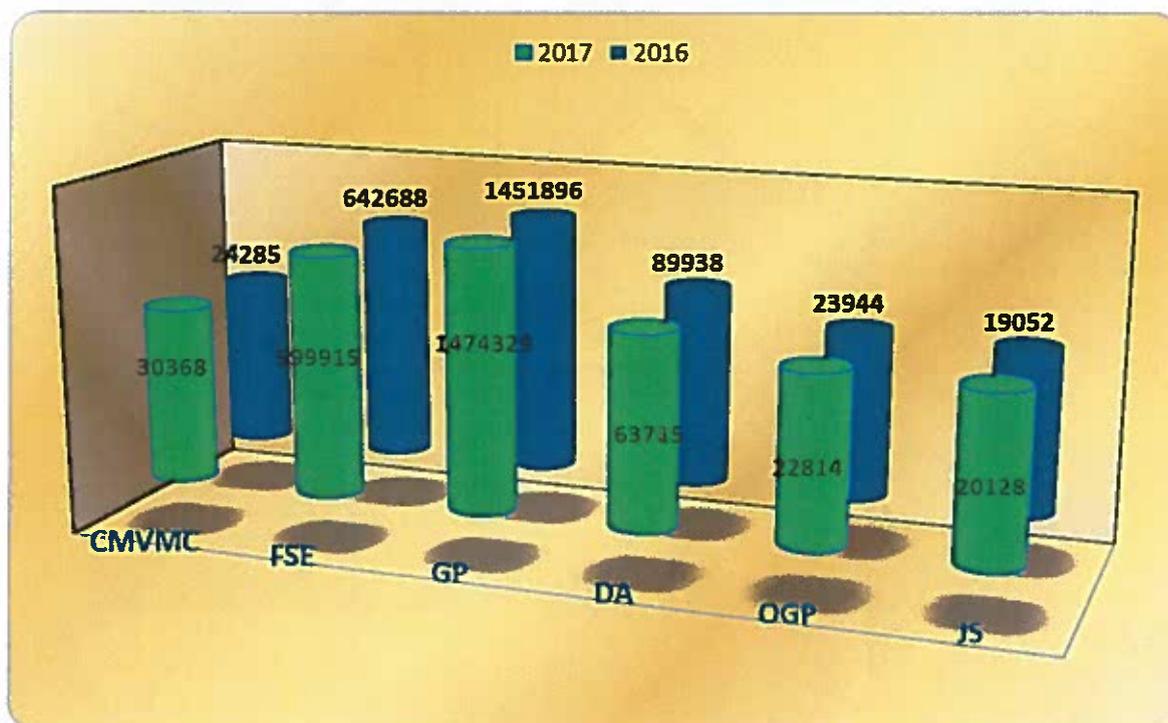


Podemos verificar que a rubrica com mais impacto nos gastos da instituição é a rubrica que diz respeito aos gastos com pessoal.

### Gastos de pessoal por valência



### Evolução dos gastos



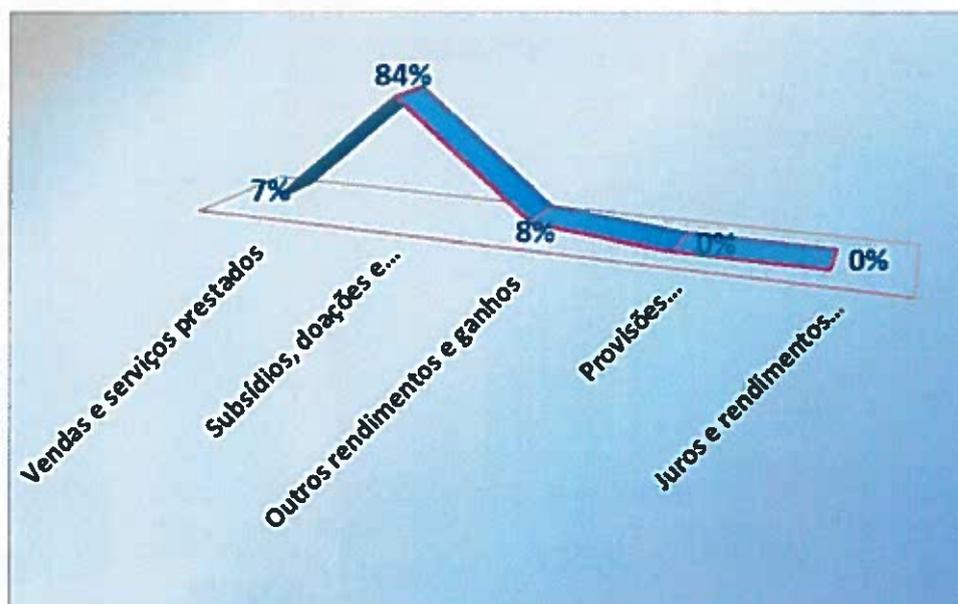
### Evolução dos Rendimentos

Para os rendimentos, será efetuada uma análise, nomeadamente da sua evolução em comparação ao ano anterior.

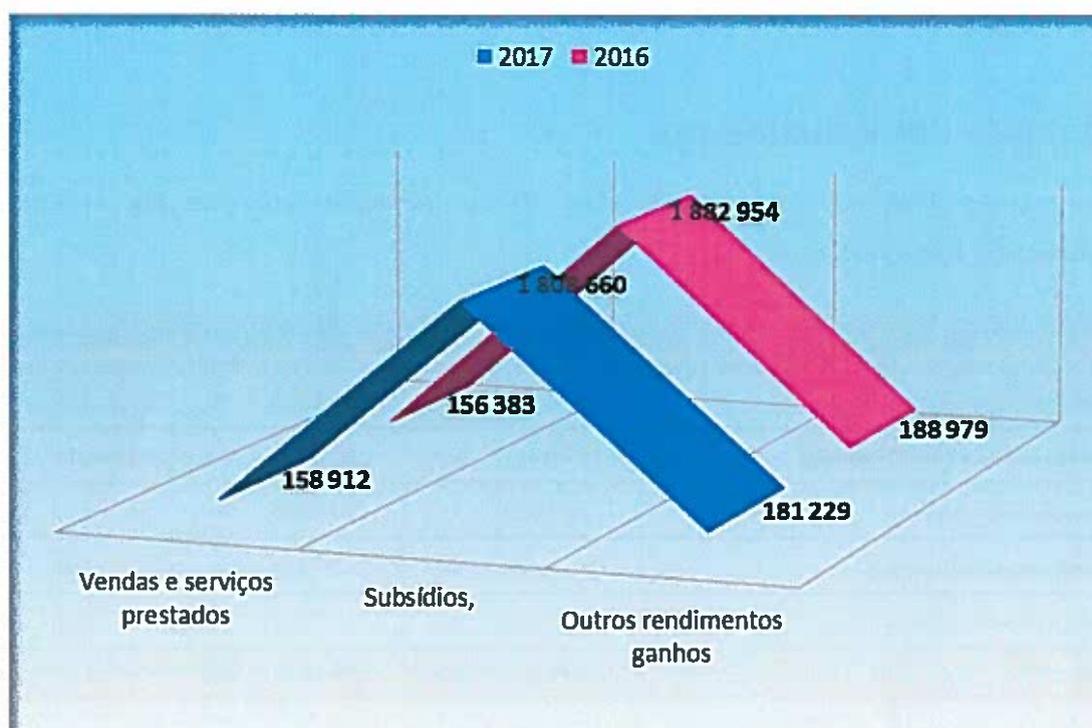
Descrição	2017	% Sobre o Total	2016	% Sobre o Total	Variação em valor	Variação em %
Vendas e serviços prestados	158 912,11	7%	156 383,40	7%	2 528,71	2%
Subsídios, doações e legados à exploração	1 808 660,13	84%	1 882 953,95	85%	1 808 660,13	-4%
Outros rendimentos e ganhos	181 229,23	8%	188 979,09	8%	181 229,23	-4%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
<b>total</b>	<b>2 148 801,47</b>	<b>100%</b>	<b>2 228 316,44</b>	<b>100%</b>	<b>1 992 418,07</b>	<b>-4%</b>

Na rubrica de rendimentos, observa-se uma variação negativa na ordem dos 4%, não havendo nenhuma rubrica com maior destaque.

### Distribuição dos rendimentos em 2017



### Evolução dos rendimentos



Tomar, 21 de março 2017

A Direção  
  


O Responsável  
